DOFe | DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente Conforme Lei Complementar Nº261 de 23 de junho de 2015.

Diário n. 360 de 03 de maio de 2017

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça
José Rony Silva Almeida
Corregedor-Geral
Carlos Augusto Alcântara Machado
Coordenadora-Geral
Ana Christina Souza Brandi
Ouvidora
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Colégio de Procuradores de Justiça
José Rony Silva Almeida (Presidente)
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Secretário-Geral do MPSE
Manoel Cabral Machado Neto

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Eduardo Barreto d' Ávila Fontes

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe
Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior
Coordenador De Ensino: Henrique Ribeiro Cardoso

Conselho Superior do Ministério Público
José Rony Silva Almeida (Presidente)
Procurador-Geral de Justiça
Carlos Augusto Alcântara Machado
Corregedor-Geral

Membros
Ana Christina Souza Brandi
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Paulo Lima de Santana
Manoel Cabral Machado Neto
Secretário

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES
1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias

1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Pauta de Reunião

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Data: 04 de maio de 2017

Hora: 10:00 horas

Local: Sala das Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, localizada no 4º andar do Edifício sede do Ministério Público.

Presidência: José Rony Silva Almeida (Procurador-Geral de Justiça)

Membros: Moacyr Soares da Motta, José Carlos de Oliveira Filho, Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça, Rodomarques Nascimento, Luiz Valter Ribeiro Rosário, Josenias França do Nascimento, Ana Christina Souza Brandi, Celso Luis Dória Leó, Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg, Carlos Augusto Alcântara Machado, Ernesto Anízio Azevedo Melo, Jorge Murilo Seixas de Santana, Paulo Lima de Santana e Eduardo Barreto d'Ávila Fontes.

Ordem dos Trabalhos:

1 - Abertura, conferência de quorum e instalação de reunião (art. 44, I, Regimento Interno - CPJ);

2 - Leitura, discussão e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de abril de 2017;

3 - Manifestação do Procurador-Geral de Justiça;

4 - Manifestação do Corregedor-Geral do Ministério Público;

5 - Manifestação da Coordenadora-Geral do Ministério Público;

6 - Manifestação da Ouvidora do Ministério Público;

7 - Manifestação dos Procuradores de Justiça;

8 - O que ocorrer.

Aracaju, 02 de maio de 2017.

Jorge Murilo Seixas de Santana

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos de Distribuição

AVISO Nº 35/2017 - O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, nos termos do que dispõe o artigo 99 do seu Regimento Interno e ainda o previsto no art. 9º e § 2.º da Lei 7.347/85, avisa às associações e pessoas legitimadas, para eventual manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, que serão submetidas para apreciação em Reunião Ordinária do citado órgão Colegiado, as PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO alusivas aos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis e Inquéritos Civis adiante relacionados:

01 - Inquérito Civil PROEJ nº 10.14.01.0204 - Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Aracaju. Interessados: Vigilância Sanitária Municipal de Aracaju e Buffets da Cidade de Aracaju. Assunto: Supostas irregularidades de ordem sanitária, como inadequações e ausência de Licença Sanitária, em Buffets da Cidade de Aracaju;

02 - Inquérito Civil PROEJ nº 16.14.01.0136 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Escola Estadual São Cristóvão. Assunto: Supostas irregularidades na merenda escolar, no armazenamento de água e na adaptação dos banheiros da Escola Estadual São Cristóvão;

03 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0208 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Ministério Público de Sergipe e SEMED. Assunto: Supostos atrasos nos salários dos servidores da Educação do Município de Aracaju/SE;

04 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0188 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Master Baby. Assunto: Supostas irregularidades nos atos autorizativos da instituição de ensino Master Baby;

05 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0163 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Ministério Público de Sergipe e SEED. Assunto: Suposto atraso de pagamento dos salários dos servidores ativos e inativos da Secretaria de Estado de Educação, referente a maio de 2016;

06 - Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0135 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Sigiloso - Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Colégio Deus Proverá. Assunto: Suposto funcionamento irregular das escolas no Bairro Santos Dumont;

07 - Inquérito Civil PROEJ nº 05.15.01.0283 - 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural. Interessados: Fernando Santos Silva Leite, DESO e Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Assunto: Suposto dano ambiental no estuário do Rio Poxim, decorrente do surgimento de uma mancha escura em seu leito, cuja origem seria desconhecida;

08 -Inquérito Civil PROEJ nº 05.16.01.0023 - 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural. Interessados: Ministério Público de Sergipe e "Cida Duarte Studio Hair". Assunto: Suposta irregularidade urbanística em prédio onde funciona o estabelecimento comercial denominado "Cida Duarte Studio Hair", localizado na Rua Deputado Euclides Paes Mendonça, nº 905, Bairro Salgado Filho, em Aracaju/SE;

09 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 15.16.01.0085 - 3ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada no Controle Externo da Atividade Policial, e Questões Agrárias e com Atuação no Sistema Prisional. Interessados: Adriana da Silva Santos e Secretaria de Segurança Pública de Sergipe. Assunto: Suposta negativa da guarnição da CPTRAN a realizar os procedimentos de rotina visando apurar a responsabilidade no acidente ocorrido no dia 19/04/2015, tais como o uso de bafômetro e a confecção do BOAT;

10 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 82.17.01.0005 - Promotoria de Justiça Distrital de São Cristóvão. Interessados: Ricardo de Jesus Santos e Juvêncio. Assunto: Suposto incômodo à vizinhança local causado pelo mau cheiro advindo da pocilga existente na chácara de propriedade do Sr. Juvêncio;

11 -Inquérito Civil PROEJ nº 38.15.01.0094 - Promotoria de Justiça de Gararu. Assunto: Sob Sigilo - Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe e Gláuber Evangelista Cruz. Assunto: Suposto acúmulo ilegal de cargos públicos pelo Sr. Gláuber Evangelista Cruz;

12 -Inquérito Civil PROEJ nº 17.17.01.0007 - 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Anônimo e Governo do Estado de Sergipe. Assunto: Apurar a chamada Pública realizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sergipe - AGRESE, na qual deu publicidade ao ato do Governo do Estado de Sergipe de buscar propostas de empresa privada para desconstituir a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO;

13 - Inquérito Civil PROEJ nº 10.16.01.0069 - Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Aracaju. Interessados: COREN - SE, pelo Departamento de Fiscalização e Pimpolho Clínica Infantil. Assunto: Suposta insuficiência de Enfermeiros e outras irregularidades no Quadro da Pimpolho Clínica Infantil;

14 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 10.16.01.0115 - Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Aracaju. Interessados: Sigiloso e Edifício Pinheiros. Assunto: Supostas irregularidades no condomínio residencial Pinheiros, situado na Avenida Tancredo Neves em Aracaju, em razão da existência de poço artesiano instalado sem a outorga necessária;

15 - Inquérito Civil PROEJ nº 67.11.01.0158 - Promotoria de Justiça de Poço Redondo. Interessados: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e Município de Poço Redondo. Assunto: Verificar a atualização monetária realizada pelo TCE na condenação imputada à José Roberto de Barros Godoy, Ex-Prefeito Municipal de Poço Redondo, na Decisão 12.948 - 2ª Câmara, proferida nos autos do Processo TC 070521/1993;

16 - Inquérito Civil PROEJ nº 67.11.01.0155 - Promotoria de Justiça de Poço Redondo. Interessados: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e Município de Poço Redondo. Assunto: Verificar a atualização monetária realizada pelo TCE na condenação imputada à José Roberto de Barros Godoy, Ex-Prefeito Municipal de Poço Redondo, na Decisão 10.936 - 2ª Câmara, proferida nos autos do Processo TC 060940/1991;

17 - Inquérito Civil PROEJ nº 14.16.01.0118 - Promotoria de Justiça Especializada na Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública de Aracaju. Interessados: Regis Renner Vasconcelos Malta Júnior e EMSURB. Assunto: Suposta ocupação irregular do espaço público por veículo do tipo "food truck", com a colocação de mesas e cadeiras no passeio público da Rua Francisco de Assis Delmondes Pereira Freitas, Bairro Ponto Novo, em Aracaju/SE;

18 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0019 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Luziane Costa Cruz. Assunto: Suposta situação de risco vivenciada por criança não identificada;

19 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0122 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Maria Elisabete dos Santos e A.M.. Assunto: Suposta situação de risco vivenciada pela adolescente A.S.M.;

20 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.15.01.0076 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Secretaria de Saúde de Brejo Grande, "em apuração" e Tatiane da Silva dos Santos. Assunto: Viabilizar a continuidade do tratamento de saúde da senhora Tatiane da Silva dos Santos, portadora do vírus HIV;

21 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0093 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Jaílton dos Santos e Maria Lúcia Silva. Assunto: Supostas irregularidades no exercício da curatela da Sra. Maria Lúcia Silva pelo seu companheiro Jaílton dos Santos;

22 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0080 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Vigilância Sanitária de Brejo Grande, José dos Santos e Município de Brejo Grande. Assunto: Suposta ausência de esgotamento sanitário e lançamento irregular de despejos sanitários no Município de Brejo Grande;

23 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0121 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: José Carlos dos Santos, outros e Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLOG). Assunto: Supostas irregularidades no Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, regido pelo Edital nº 01/2016;

24 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0211 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: Ministério Público de Sergipe e SEED. Assunto: Supostos atrasos nos salários pagos com recursos do FUNDEB pela SEED;

25 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 17.16.01.0061 - 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Anônimo e Companhia de Gás de Sergipe - SERGÁS. Assunto: Supostas irregularidades no Edital do concurso realizado pela Companhia de Gás de Sergipe;

26 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0097 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Conselho Tutelar de Brejo

Grande e Marcos Alves Santos. Assunto: Suposta situação de risco vivenciada pela criança A.M.S.;

27 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0123 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Fundo Municipal de Saúde de Brejo Grande e Eribaldo Alves Viana. Assunto: Suposta criação irregular de avicultura pelo senhor Eribaldo Alves Viana;

28 - Inquérito Civil PROEJ nº 53.16.01.0082 - Promotoria de Justiça de Pacatuba. Interessados: Conselho Tutelar do Município de Pacatuba e Solon Brás Santos. Assunto: Suposta situação de risco vivenciada pela criança R.M.S.;

29 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 45.16.01.0081 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Estância. Interessados: ASCOABAÍS e DESO. Assunto: Suposta deficiência no serviço de reposição de pedras em vias em que a DESO realiza reparos na rede de distribuição de água no Município de Estância/SE;

30 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 17.16.01.0054 - 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Ministério Público de Sergipe e IPES Saúde. Assunto: Supostas irregularidades no portal de transparência do IPES SAÚDE, em desobediência ao previsto na Lei 12.527/11 " Lei de Acesso a Informação".

Aracaju (SE), 03 de Maio de 2017.

Manoel Cabral Machado Neto

Secretário do CSMP

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Escala de Procuradores

ESCALA DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA AS SESSÕES DAS CÂMARAS CÍVEIS, DA CÂMARA CRIMINAL E DAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DO MÊS DE MAIO DE 2017.

1ª CÂMARA CÍVEL

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
02/05/17	Dr. Luiz Alberto Moura Araújo	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo
08/05/17	Dr. Moacyr Soares da Motta	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo	Dr. Luiz Alberto Moura Araújo
09/05/17	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo	Dr. Moacyr Soares da Motta	Dr. José Carlos de Oliveira Filho
15/05/17	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. Moacyr Soares da Motta
16/05/17	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. Eduardo Barreto D'Ávila Fontes	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo
22/05/17	Dr. Eduardo Barreto D'Ávila Fontes	Dr. Moacyr Soares da Motta	Dr. José Carlos de Oliveira Filho
23/05/17	Dr. Moacyr Soares da Motta	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

29/05/17	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo	Dr. Moacyr Soares da Motta
30/05/17	Dr. Eduardo Barreto D'Ávila Fontes	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

2ª CÂMARA CÍVEL

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
02/05/17	Dr. Paulo Lima de Santana	Dr. Josenias França do Nascimento	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário
08/05/17	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Paulo Lima de Santana
09/05/17	Dr. Josenias França do Nascimento	Dr. Paulo Lima de Santana	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário
15/05/17	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Paulo Lima de Santana	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana
16/05/17	Dr. Josenias França do Nascimento	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana	Dr. Paulo Lima de Santana
22/05/17	Dr. Paulo Lima de Santana	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana
23/05/17	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Paulo Lima de Santana	Dr. Josenias França do Nascimento
29/05/17	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Paulo Lima de Santana
30/05/17	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Josenias França do Nascimento	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana

CÂMARA CRIMINAL

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
02/05/17	Dr. Eduardo Lima de Matos	Dra. Maria Conceição Figueiredo Rollemberg	Dr. Rodomarques Nascimento
09/05/17	Dr. Rodomarques Nascimento	Dr. Eduardo Lima de Matos	Dr. Fábio Viegas Mendonça de Araújo
16/05/17	Dr. Fábio Viegas Mendonça de Araújo	Dr. Rodomarques Nascimento	Dra. Maria Conceição Figueiredo Rollemberg
23/05/17	Dr. Eduardo Lima de Matos	Dr. Fábio Viegas Mendonça de Araújo	Dr. Rodomarques Nascimento

30/05/17	Dra. Maria Conceição Figueiredo Rollemberg	Dr. Eduardo Lima de Matos	Dr. Fábio Viegas Mendonça de Araújo

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
04/05/17	Dr. Luiz Alberto Moura Araújo	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo
11/05/17	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Josenias França do Nascimento
18/05/17	Dr. Josenias França do Nascimento	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário
25/05/17	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. Josenias França do Nascimento

Aracaju/SE, em 03 de maio de 2017.

Carlos Augusto Alcântara Machado

Corregedor-Geral do Ministério Público

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

1ª Promotoria de Justiça do Cidadão (Esp. na Def. do Pat. Pú

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA Nº 066/2017

PROEJ Nº 17.17.01.0042

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, através de seu Representante, Promotor de Justiça in fine firmado, no uso de suas atribuições institucionais de Curador do Patrimônio Público, com fulcro nos artigos 127 e 128, incisos III, IV e VIII da Constituição Federal, art. 118, incisos III e V e § 1°, alínea "a" da Constituição Estadual, art. 39 inciso X e art. 44 incisos IV e X, alínea "a", da Lei Complementar N° 02, de 12 de Novembro de 1990, e Resolução nº 008/2015-CPJ, resolve baixar a presente PORTARIA e em consequência instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com fundamento ainda no art. 8°, § 1°, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, pelos motivos abaixo alinhados:

Trata-se de procedimento instaurado a partir de Denúncia anônima encaminhada pela Ouvidoria e com o objetivo de apurar supostas irregularidades no processo seletivo simplificado do edital nº 03/2016- Fundação Renascer para o Cargo de Orientador Social.

Considerando que é dever do Ministério Público zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, bem como do interesse público/social e individual indisponível, fiscalizando o cumprimento da lei, resolve:

Nomear para funcionar como Analista do presente feito Marilia Melo Bezerra, servidora pública, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida, tomar as providências atinentes à sua função:

1- Inquirir, se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração.

2- Requisitar informações e Documentos pertinentes à apuração do objeto principal deste procedimento;

3- Acostar ao Inquérito Civil toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça;

4- Requisitar ao Poder Público toda documentação que possa servir de subsídio ou esclarecimento dos fatos denunciados, encaminhando cópias dos documentos que instruem o presente feito, de modo a que possam oferecer as suas razões de fato e de direito.

5- Dando cumprimento ao disposto no Art. 15, §1º, da Resolução nº 008/2015-CPJ, que seja comunicado ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Ordem Tributária.

Autuada e Registrada no PROEJ.

Aracaju, 02 de maio de 2017.

Bruno Melo Moura Luciana Duarte Sobral Justiça Jarbas Adelino Santos Júnior

Promotor de Justiça Promotora de Justiça Promotor de Justiça

5ª Promotoria dos Direitos do Cidadãos e Relevância Pública

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA Nº 22/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, através da Promotora de Justiça oficiante na 5ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública de Aracaju, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, II, III, e VI, da Constituição Federal, art. 118, II, III e V, da Constituição

Estadual, arts. 25, IV e 26, I e II, da Lei nº 8.625/1993, e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985;

CONSIDERANDO que foi formalizada uma representação pelo Sr. Silvio Romero Laurentino Gaiao, por intermédio da Ouvidoria do MP/SE (Manifestação n.º 11220), versando sobre o descarte irregular de resíduos sólidos em um terreno não edificado, localizado na Rua Terêncio Sampaio, s/n, Bairro Grageru, nesta Capital, no fundo da Clínica São Camilo, o qual está descumprindo o disposto na Lei Municipal n.º 1.721/91;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, a que toca a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que compete a esta instituição promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, e de outros interesses difusos e coletivos; e

CONSIDERANDO que é função institucional do Parquet zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de que se prossiga na apuração dos fatos acima narrados, determinando a adoção das seguintes providências:

I - Seja registrada e autuada a presente Portaria e demais documentos, em ordem cronológica;

II - Seja encaminhada, via e-mail, cópia da presente portaria à Coordenadoria-Geral e ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, na forma do art. 15, §1º, da Resolução nº 008/2015 - CPJ;

III- Comunicação do teor da presente Portaria ao Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe;

IV - Após, determino que sejam adotadas as seguintes providências: 1 - Oficie-se o Reclamante, solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, compareça nesta Promotoria de Justiça para prestar declarações atualizadas acerca da situação do terreno não edificado referido na Manifestação n.º 11220, esclarecendo se persiste a irregularidade de descarte irregular de resíduos sólidos no local, bem como esclarecendo se tem condições de informar a este Órgão de Execução Ministerial acerca do endereço do proprietário do citado imóvel, para possibilitar a adoção de providências pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, na esfera das atribuições legais da aludida Secretaria; 2 - Oficie-se ao Cartório de Registro imobiliário, com cópia dos documentos de fls. 18/21 e fls. 48/49, solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informe em nome de quem se encontra registrado o imóvel não edificado, situado na Rua Terêncio Sampaio, s/n, Bairro Grageru, nesta Capital, no fundo da Clínica São Camilo, bem como informe o atual endereço do respectivo proprietário, para possibilitar a adoção das providências legais cabíveis pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA em relação à situação irregular do aludido imóvel, por violação ao Código Municipal de Limpeza Urbana. Comunique-se, por e-mail, à Ouvidoria do MP/SE acerca da instauração do presente Inquérito Civil, enviando-se uma cópia desta Portaria.

Aracaju/SE, 03 de maio de 2017.

MÔNICA MARIA HARDMAN DANTAS BERNARDES

Promotora de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária IPANEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, localizada na Rua Apulcro Mota, nº 450, Centro, Aracaju/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam

os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária LUANA MÓVEIS, localizada na Praça Francisco Vieira de Menezes, nº 16, Centro, Itabi/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 008/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária J B MÓVEIS E COLCHÕES, localizada na Rua Apulcro Mota, nº 611, Centro, Aracaju/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 007/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária M OLIVEIRA SANTOS E COMÉRCIO ME, localizada na Av. Sete de Setembro, nº 185, Centro, Nossa Senhora da Glória/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA — RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça — Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 006/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária CENTRO COMERCIAL DE MÓVEIS LTDA, localizada na Rua João Pessoa, nº 182, Centro, Aracaju/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA — RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça — Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária COMÉRCIAL DE MÓVEIS ALFA LTDA, localizada na Rua José do Prado Franco, nº 599, Centro, Aracaju/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária VIABOR COMÉRCIAL DE MÓVEIS LTDA, localizada na Av. Maynard Gomes, nº 943, Centro, Aquidabã/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária MJS COMÉRCIAL DE MÓVEIS LTDA, localizada na Rua Itabaianinha, nº 311, Centro, Aracaju/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça Promotor de Justiça

7ª Promotoria de Justiça do Cidadão Ord. Tributári - Aracaju

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada na Defesa da Ordem Tributária da Capital, utilizando-se subsidiariamente do §1º do artigo 40, da Resolução nº 008/2015, que prevê a cientificação dos interessados, quando não for possível fazê-la pessoalmente, instrumentalizá-la por meio da lavratura de termo de afixação de aviso no local de costume ou da publicação em Diário Oficial Eletrônico, NOTIFICAR o representante legal da sociedade empresária BELÍSSIMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, localizada na Rua Apulcro Mota, nº 490, Centro, Aracaju/SE, acerca da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil n° 81.12.01.0070, em atenção ao que prelecionam os Artigos 9º, §3º, da Lei nº 7.347/85 e 40, §1º da Resolução nº 008/2015.

Aracaju, 10 de abril de 2017.

BRUNO MELO MOURA

Promotor de Justiça

RENÊ ANTONIO ERBA

Promotor de Justiça

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Edital de Notificação

PROEJ nº 11.17.01.0025

A Exma. Sra. Dra. Berenice Andrade de Melo, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada de Defesa do Acidentado do Trabalho, Idoso, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos em Geral, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, art. 26 da Lei n 8625/93, determina que se NOTIFIQUE: PAULA PATRÍCIA DE OLIVEIRA, para comparecer no dia 17 de maio de 2017, às 08:00h, nesta Promotoria de Justiça, situada no 1º andar (sala 115) do "Edifício Governador Luiz Garcia", localizado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro Capucho, nesta Capital (em frente ao Fórum Gumersindo Bessa).

Cumpra-se.

Aracaju, 03 de maio de 2017

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Audiência Pública

O Ministério Público do Estado de Sergipe, realizará, no dia 17 de maio de 2017, às 08:30 horas, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, Audiência Pública para discutir questão relacionada à Central de Interpretação de Libras que se encontra fora de funcionamento (PROEJ nº 11.17.01.0077).

Aracaju, 03 de maio de 2017.

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Decisão de arquivamento

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 26 dias de abril de 2017, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, arquivou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 11.16.01.0087, tendo em vista o conteúdo das informações prestadas pelo Reclamante, sendo dirimida a problemática objeto do feito

Aracaju 03 de maio de 2017.

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça de Riachuelo

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA Nº. 033/2017

PROEJ n.º 28.17.01.0045

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por meio de seu Presentante signatário, no exercício de sua atribuição institucional de Curador dos Direitos da Criança e do Adolescente, com fulcro nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, alíneas "a", I, e artigo 26, I, todos da Lei Federal nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público; artigo 4º, incisos II, III, V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 02/90; artigo 1º, artigo 5º, I, artigo 8º, § 1º, artigo 21, todos da Lei n.º 7.347/85; artigo 2º da Lei n.º 8.080/90, bem como nas disposições constantes da Resolução nº 02/08 - CPJ e Resolução n.º 23/07 - CNMP, e, ainda:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, encarregada da defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção de direitos de interesses difusos e coletivos, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 118, II e III, da Constituição Estadual, bem como art. 4º, II e III, da Lei Complementar Estadual n.º 02/90);

CONSIDERANDO a instauração de Notícia de Fato no âmbito desta Promotoria de Justiça a fim de apurar denúncia de suposto abuso sexual praticado por Manoel Edenilson dos Santos (padrasto) da adolescente M. d. Santos;

CONSIDERANDO que os elementos de prova até então colhidos apontam para a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais;

RESOLVE:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelas razões acima indicadas, motivo pela qual determina:

1) Registrar, autuar e fazer a numeração das folhas de todos os documentos relativos a este procedimento, iniciando-se por esta portaria;

2) Em conformidade com o disposto no art. 9º, inciso VI, da Resolução nº. 08/2015-CPJ, nomeio para funcionar como Secretária do presente feito a Sra. Eliane Carneiro Franco, lotada nesta Promotoria de Justiça, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida, tomar providências atinentes à sua função, autuando e registrando o feito, inclusive na via eletrônica;

3) Comunique-se à Coordenadoria Geral;

4) Publique-se a presente Portaria no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Sergipe (DOFe), em atendimento ao contido na Portaria n.º 2.254/2015-PGJ;

5) Registre-se e autue-se a presente Portaria, com os documentos que a instruem.

Cumpra-se.

Riachuelo, 02 de maio de 2017.

Lúcio José Cardoso Barreto Lima

Promotor de Justiça

Promotoria de Justiça de Riachuelo

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA Nº. 028/2017
PROEJ n.º 28.17.01.0041
O Ministério Público do Estado de Sergipe, por meio de seu Presentante signatário, no exercício de sua atribuição institucional de Curador dos Direitos da Criança e do Adolescente, com fulcro nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, alíneas "a", I, e artigo 26, I, todos da Lei Federal nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público; artigo 4º, incisos II, III, V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 02/90; artigo 1º, artigo 5º, I, artigo 8º, § 1º, artigo 21, todos da Lei n.º 7.347/85; artigo 2º da Lei n.º 8.080/90, bem como nas disposições constantes da Resolução nº 02/08 - CPJ e Resolução n.º 23/07 - CNMP, e, ainda:
CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, encarregada da defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção de direitos de interesses difusos e coletivos, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 118, II e III, da Constituição Estadual, bem como art. 4º, II e III, da Lei Complementar Estadual n.º 02/90);
CONSIDERANDO a instauração de Notícia de Fato no âmbito desta Promotoria de Justiça a fim de apurar suposta situação de risco envolvendo o adolescente Helen Vitória Teles Sobrinhos;
CONSIDERANDO que os elementos de prova até então colhidos apontam para a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais;
RESOLVE:
Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelas razões acima indicadas, motivo pela qual determina:
1) Registrar, autuar e fazer a numeração das folhas de todos os documentos relativos a este procedimento, iniciando-se por esta portaria;
2) Em conformidade com o disposto no art. 9º, inciso VI, da Resolução nº. 08/2015-CPJ, nomeio para funcionar como Secretária do presente feito a Sra. Eliane Carneiro Franco, lotada nesta Promotoria de Justiça, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida, tomar providências atinentes à sua função, autuando e registrando o feito, inclusive na via eletrônica;
3) Comunique-se à Coordenadoria Geral;
4) Publique-se a presente Portaria no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Sergipe (DOFe), em atendimento ao contido na Portaria n.º 2.254/2015-PGJ;
5) Registre-se e autue-se a presente Portaria, com os documentos que a instruem.
Cumpra-se.
Riachuelo, 25 de abril de 2017
Lúcio José Cardoso Barreto Lima
Promotor de Justiça

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DO DEMONSTRATIVO / TERMO CONTRATUAL DE ESTAGIÁRIOS PGJ/MP

NATUREZA JURÍDICA: Contrato de Bolsa Complementar Educacional.

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça.

CONTRATADO	VIGÊNCIA	VALOR
Yasmim Sales Lima	18/04/2017 a 17/04/2018	724,00
Hualisson Alberto Costa Oliveira	26/04/2017 a 25/04/2018	724,00
Filipe Nascimento Santos	18/04/2017 a 17/04/2018	724,00
Ellen Susan dos Santos Correia	26/04/2017 a 25/04/2018	724,00
Alessandra Barreto Andrade Teixeira	18/04/2017 a 17/04/2018	724,00
Maércio de Santana Bomfim	18/04/2017 a 17/04/2018	724,00
Larissa Carolaine Menezes de Oliveira	04/05/2017 a 03/05/2018	724,00
Brenno Fontes Santos	01/06/2017 a 31/05/2018	724,00

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de Complementação Educacional Através da Concessão de Estágio Remunerado na PGJ/MP.

ATIVIDADE: 2101

FONTE: 000

ELEMENTO DE DESPESA: 339036

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2017

JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA